



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região

Gabinete do Procurador-Chefe

Av Mario Ypiranga, 2479 - Bairro Flores - Manaus/AM - CEP 69050-030

Tel. (92) 3194-2800 - www.prt11.mpt.mp.br

Processo: PGEA 20.02.1100.0000256/2022-80 (local)

PGEA 20.02.0600.0001885/2021-72.

Partes: Interessado(s): Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região - Am

Assunto: Projetos Regionais Gaets PRT 11ª Região

OFÍCIO Nº.224.2022

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente e em atendimento as solicitações da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica informamos que no dia 24/06/22 foram aprovados dois Projetos Regionais GAETS para PRT11ª Região, por meio de consulta via WhatsApp no grupo de membros da regional, são eles:

1- Mujeres Fuertes, vinculado ao GAET CONAETE.

2- Aprendizagem Profissional, vinculado ao GAET COORDINFANCIA.

Apresento junto com a apresenta manifestação o Projeto MUJERES FUERTES, tendo o Procurador do Trabalho Coordenador do GAET Coordinfância, Jorsinei Dourado Nascimento, ficado incumbido de realizar o peticionamento do Projeto Aprendizagem Profissional diretamente no presente PGEA 20.02.0600.0001885/2021-72.

Atenciosamente,

Manaus, 27 de junho de 2022

(assinado eletronicamente)

ALZIRA MELO COSTA
PROCURADORA-CHEFE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR**

**PLANO BÁSICO DE PROJETO
MUJERES FUERTES**

Nome (título do projeto):

Projetos Mujeres Fuertes

Identificação do Projeto

Patrocinador:

GAET CONAET da PRT 11 Região com apoio do Colégio de Procuradores da PRT 11 Região.

Órgão de Coordenação (Finalístico) ou Unidade Gestora (Administrativo):

GAET CONAET da PRT 11ª Região e Coordenadoria Regional da Conaete no Amazonas - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região

Gerente do projeto: Alzira Melo Costa

Vices-Gerentes do projeto:

Gabriela Menezes Zacareli

Pedro Henrique Godinho Faccioli

Partes envolvidas (unidades ou entes externos):

MPT- PRT 11ª –Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas (sede)

- 1- Associação Hermanitos (OSC)
- 2- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas.

Faz parte dos objetivos do Projeto alinhar e trazer outras instituições da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais (OIM e ONU MULHERES) para ampliar a efetividade das ações no Estado do Amazonas e Roraima.

Alinhamento Estratégico

Vinculação com o Planejamento Estratégico/Temático:

Objetivo Estratégico 1 (OE1) - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como enfrentar as formas de escravidão moderna, minimizando as possibilidades de superexploração de trabalho, tráfico de pessoas; combater todas as formas de discriminação de trabalhadores; promover a inclusão dos grupos vulneráveis nos ambientes de trabalho; atuar para erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo e o tráfico de pessoas.

Além da vinculação com os Objetivos Estratégicos do MPT o Projeto encontra-se alinhado com os seguintes objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável da ONU: 1- Erradicação da Pobreza; 5 Igualdade de Gênero; 8- Trabalho Decente e 10- Redução das desigualdades sociais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR**

Justificativa:

Nos últimos 10 anos a Venezuela passa por uma acentuada crise político-socioeconômica¹ instalada em função da desestabilização governamental que alinhada a estrutura econômica do país (dependente dos commodities de petróleo e com política assistencialista) refletiu diretamente na sociedade, provocando escassez de trabalho, baixa produção endógena, redução drástica do poder de consumo o que refletirá em altos índices inflacionários, bem como, na falta de itens de consumo de primeira necessidade.

A crise sem precedentes provocou uma verdadeira diáspora, segundo dados do ACNUR estima-se que mais 5,4 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela ao redor do mundo, muitos destes migrantes optaram por reconstruir suas vidas no Brasil, estima-se que mais de 350 mil.

Segundo dados consolidados pela Plataforma R4v², 49.045 venezuelanos foram reconhecidos pelo Brasil como refugiados (dados do Conare até 30.11.2021); 95.231 aguardam o processo de solicitação de refúgio (dados até 27 maio de 2022, segundo STI-MAR) e 214.344 com autorização para residência no Brasil (dados até 27 maio de 2022, segundo SISMIGRA).

Dentro deste contexto desde de 2016 o MPT tem participado de ações e projetos que buscam garantir direitos fundamentais aos migrantes e refugiados venezuelanos que permanecem no Brasil, em uma atuação conjunta com outros órgãos de garantia de direitos e instituições governamentais e não governamentais, sem desfocar da essencialidade do trabalho decente como centralidade da atuação ministerial.

Recentemente em 08/02/2022, por meio da Portaria PGT n.141/2022 o Exmo. Procurador Geral do Trabalho instituiu o Grupo de Trabalho Fluxo Migratório da Venezuela, Código 02001-22, tendo como coordenadoras as Procuradoras do Trabalho: Safira Nila de Araújo Campos, Gleyce Amarante Araújo Guimarães, Lys Sobral Cardoso e esta subscritora Alzira Melo Costa como coordenadoras dos trabalhos.

Neste grupo de trabalho, há vários objetivos, um especial refere-se a Mulheres Migrantes e Refugiadas e as dificuldades de inserção no Mercado de Trabalho, conforme item do GT:

¹ - “Os resultados na pesquisa demonstram que no decorrer da história recente da Venezuela há um ciclo permeado por um padrão de crescimento relativo e conseqüente aguda crise política e socioeconômica, motivada por fatores endógenos e exógenos que afetaram diretamente ao Estado e à própria população venezuelana. Refém do petróleo, a Venezuela recebe impacto diretamente na sua economia em detrimento as oscilações do mercado internacional, o que contribuiu para sua desestabilização monetária e estrutural, uma vez que o país se vale dessa commodity como principal fonte de fomento para desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, a pesquisa identificou que os processos políticos ao longo do tempo apontaram para um sistema baseado no modelo assistencialista e rentista, o qual contribuiu para que ocorressem dinâmicas patrimonialistas e cooptações de agentes públicos e privados.” MENDES, Fernando Lima; SILVA, C. A. B. D; SENHORAS, Elói Martins. HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA: : CRISE E DIÁSPORA. BOLETIM DE CONJUNTURA , Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 118-137, mai./2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6534040>. Acesso em: 11 jun. 2022.

² <https://www.r4v.info>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR**

“9- Acompanhar a situação das mulheres solo, inclusive quanto ao fortalecimento de vínculos (pois tais mulheres, bem como seus filhos acabam especialmente sujeitas à mendicância e a outras formas de trabalho não digno) junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos”.

Diversos são os dados e pesquisas que apontam para a existência de potencial para a integração socioeconômica de refugiados e migrantes, mas reconhece uma série de desafios para que o acesso a direitos e soluções duradouras pela população seja garantido, evidenciando a necessidade de ação conjunta dos diferentes atores envolvidos na resposta a essa população, relacionada principalmente ao acesso ao trabalho e à geração de renda.

Os dados mais recentes sobre o perfil socioeconômico e laboral, das mulheres, encontrados no Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral lançado em maio de 2022 pelo ACNUR, demonstram que as mulheres se encontram em situação ocupacional menos favorável do que os homens, indicando a importância em considerar que intervenções para geração de renda de pessoas refugiadas dediquem-se necessariamente a envolver a participação de mulheres para a promoção da autossuficiência. 15,2% das mulheres não estão no mercado laboral por dedicarem-se a cuidar de membros da família e 36% de todos os núcleos familiares da pesquisa são famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o que demonstra ser imprescindível que ações que visem a inserção laboral e geração de renda das populações refugiadas e migrantes tenham em conta as mulheres e as necessidades específicas que advêm dessa condição e dos papéis que assumem como chefes de família e cuidadoras, como os desafios surgidos quando não há garantia de acesso a creches e escolas.

Dentro deste recorte específico de necessidade de prestar mais atenção ao desenvolvimento de ações e projetos que buscam a igualdade de gênero e inserção das mulheres venezuelanas no mercado de trabalho que surge o PROJETO MUJERES FUERTES, em meados de 2021 para Manaus.

O projeto constrói uma tecnologia social para promover igualdade de gênero para mulheres refugiadas e migrantes venezuelanas em situação de extrema vulnerabilidade (vítimas de diversas violências agravadas pela migração) promovendo o trabalho decente, com qualificação profissional de cursos de gastronomia (e outros apontados nos diagnósticos elaborados pela ACNUR e OIM³) e empreendedorismo, visando uma resposta rápida de autonomia para geração de renda e atuação imediata no mercado informal, com concessão de recursos financeiros para iniciar as atividades produtivas sem excluir a possibilidade de contratação formal. Busca promover a redução das desigualdades, a erradicação da pobreza, com recorte específico de equidade de gênero, promovendo ainda a proteção dos filhos das piores formas de trabalho infantil como mendicância e outras. Promove a integração do atendimento das mulheres migrantes, tudo com vistas ao trabalho decente, à dignidade das

³ - Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral, Manaus, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>. Acessado em 20 jun 2022.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR**

mulheres com autonomia e empoderamento, com construção de rede para apoio mútuo. Destaca-se que o Projeto apresentado busca uma ampliação e continuidade de ação que fora executada com êxito no âmbito da Coordenação Regional da CONAETE no Estado do Amazonas.

A primeira fase do MUJERES FUERTES foi voltado para capacitação de 50 mulheres, tendo 46 mulheres conseguido concluir o curso, um percentual 92% de êxito.

O Projeto possui contemporaneidade e se relaciona com a particularidade vivenciada pelo Estado do Amazonas e Roraima, dentro do contexto da crise humanitária vivenciada pela Venezuela que resultou no mais intenso deslocamento forçado da história recente da América Latina, busca implementar e consolidar uma tecnologia social passível de ser utilizada em diversos Estados para promoção do trabalho decente de mulheres migrantes e refugiadas.

Resultados Esperados

1. Criação e aprimoramento de Tecnologia Social para promoção de trabalho decente com resposta rápida para mulheres migrantes e refugiadas chefes de família que possuem maior dificuldade de inserção sócio-laboral em Manaus, com início das tratativas para a implementação do projeto em Boa Vista;
2. Promoção de Curso de Qualificação por instituições oficiais como SENAI, SENAC e outras, utilizando para seleção dos cursos dados apontados nos diagnósticos que fornecem base para ações direcionadas a promover a inserção dessa população no mercado de trabalho, geração de renda e integração à sociedade brasileira, aumentando oportunidades para a conquista de sua autonomia e autossuficiência. A princípio foram identificados cursos de auxiliar de cozinha, cursos de beleza e outros;
3. Promoção de cursos sobre empreendedorismo e capacitação para elaboração de planos de negócios.
4. Criação de mecanismos diversos para que as mulheres participantes do curso possuam um local seguro para deixar os filhos durante o período de desenvolvimento das atividades de capacitação, bem como tenham um apoio de subsistência seja através de bolsas seja através da destinação de cestas básicas.
5. Realização de ações psicossociais para fortalecimento das mulheres em situação de vulnerabilidade;
6. Distribuição de materiais (relacionados com o curso realizado) para início de empreendimentos;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR**

7. Distribuição de capital semente (recurso inicial para instalação de empreendimentos);
8. Distribuição de CBI (a ser realizado pelos parceiros internacionais que aderirem inicialmente ACNUR);
9. Pretende-se ampliar o projeto para o Estado de Roraima promovendo as articulações necessárias para implantação das atividades em Boa Vista, o número de pessoas a serem beneficiadas depende da efetiva construção de parcerias a nível local para implementação do projeto.

Indicadores:

1. Número de beneficiados pelo projeto.
Beneficiar diretamente 150 mulheres migrantes e refugiadas no Estado do Amazonas;
2. Beneficiar diretamente 50 mulheres migrantes e refugiadas no Estado do Roraima;
3. Beneficiar indiretamente as crianças e adolescentes prole das mulheres capacitadas;

Prazo e custo do projeto	
Previsão de início:	AGOSTO/2022
Previsão de conclusão:	Agosto/2023
Previsão de duração:	12 meses, dividido em turmas de aproximadamente 4 meses.
Estimativa de custo:	R\$ 800.000,00 – estima-se 200 mil reais para cada 50 mulheres.

PROPONENTES:

Alzira Melo Costa
Procuradora do Trabalho
Coordenadora Regional da CONAETE no Amazonas e
Coordenadora GAET Conaete

Gabriela Menezes Zacareli
Procuradora do Trabalho
Vice Coordenadora Regional da CONAETE no Amazonas e

Pedro Henrique Godinho Faccioli
Procurador do Trabalho